

REGULAÇÃO

# Rota Materna quer garantir assistência sem desvios às gestantes de Sergipe

■ Gestantes de baixo risco aguardando atendimento na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL -, especializada em partos de alta complexidade. Aos poucos, cenas como essa deixam de ser algo rotineiro para tornarem-se cada vez mais raras.

Há dois meses, a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Hospitalar da Saúde implantaram a Rota Materna e, hoje, essas parturientes são atendidas em maternidades mais próximas da região onde moram. Os resultados já podem ser observados.

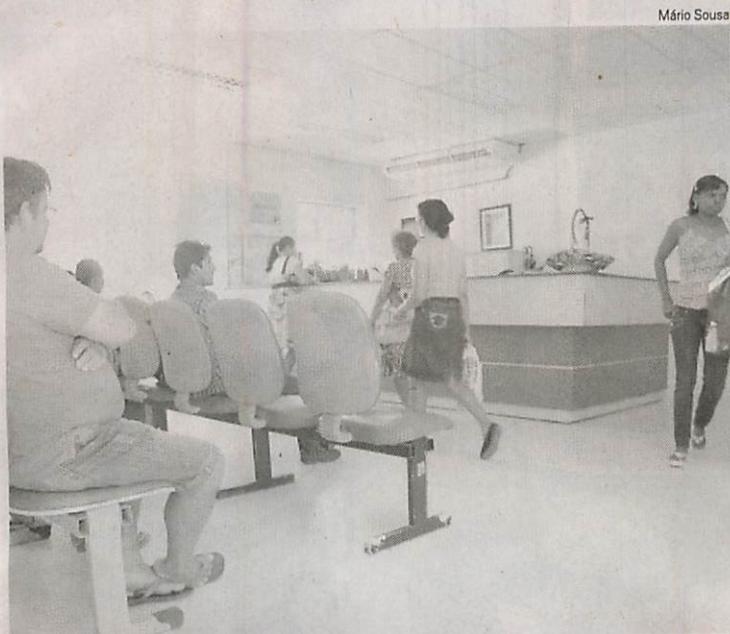
Houve uma redução de 60% a 70% da demanda de parturientes de baixo risco - não reguladas - na Nossa Senhora de Lourdes após a implantação da Rota Materna. "A maternidade está lotada, mas com pacientes de alto risco. Não há superlotação", garante o médico Luís Eduardo Correia, superintendente da MNSL.

Mas como funciona a Rota Materna e quais as maternidades que fazem parte do sistema? Atualmente, as maternidades de Nossa Senhora do Socorro e de Glória, Capela e Propriá - geridas pela FHS -, e a Santa Izabel, administrada pela Prefeitura de Aracaju, estão inseridas nesse sistema.

## COMPLEXO

Em breve, a Secretaria firmará um pacto com as maternidades de Itabaiana, Estância e Lagarto, que são financiadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Enquanto isso não acontece, a Rota Materna é desenvolvida pelas demais e funciona como um complexo regulador do atendimento das parturientes.

Ao procurar uma maternidade, a paciente é avaliada pela equipe para saber se a



Mário Sousa

Maternidade: assistência regulada



Mário Sousa

Luís: fim da superlotação na MNSL

gestação dela é de baixo, médio ou alto risco. Ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu - e do Serviço de Remoção Inter-Hospitalar Assistida - SRIHA - fazem o transporte da parturiente para a maternidade mais adequada.

Em caso de baixo e médio risco, para a instituição que fica mais próxima do domicílio da paciente. Se for de alto risco, para a MNSL. "Ninguém vai mais de ônibus ou fica peregrinando entre uma maternidade e outra para receber



Mário Sousa

Wagner: Rota Materna orienta fluxo de pacientes

atendimento e fazer o parto", assegura Luís Eduardo.

## RESOLUTIVIDADE

Se o parto transcorrer normalmente e for realizado em uma maternidade do Interior, mas houver alguma intercorrência com o recém-nascido, o Samu fará o transporte dele para a UTIn da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes.

Na prática, a Rota orienta o fluxo das parturientes. "Se, por algum motivo, ela não puder ser atendida na maternidade de Propriá, por exemplo, será

levada por uma ambulância à de Capela. Se ainda assim, não houver leitos disponíveis, ela será trazida para a de Socorro", esclarece Wagner Andrade, diretor Operacional da FHS.

Na avaliação do gestor, o sistema de regulação trouxe uma grande resolutividade, melhorou a ocupação de leitos e diminuiu o número de pacientes encaminhadas, erroneamente, à MNSL. "A expectativa é melhorar ainda mais a assistência materno-infantil. A intenção do Estado é diminuir o sofrimento da parturiente e reduzir os gastos dos municípios que enviam pacientes a Aracaju sem regulação", enfatiza.

## TREINAMENTO

Mesmo sem ter pactuado o sistema com as maternidades de Lagarto, Estância e Itabaiana, a Secretaria da Saúde já iniciou o treinamento das equipes em avaliação de risco. Por outro lado, os gestores estão mantendo contato com as Prefeituras de outros Estados, como Alagoas e Bahia, para que elas respeitem a regulação estabelecida em Sergipe.

"As pacientes desses municípios estão e serão atendidas, mas vamos cobrar a regulação e, também, pelo atendimento prestado. Antes de enviar a parturiente a Sergipe, eles terão que avaliar o risco do parto e manter contato para saber qual o caminho a percorrer", esclarece Wagner Andrade.

Segundo Luís Eduardo, da MNSL, a maior dificuldade encontrada pela Saúde em pactuar com as maternidades de Estância, Itabaiana e Lagarto é a fixação de plantonistas no Interior. A Secretaria solicitou a intervenção do Ministério Público do Estado - MPE - que solicitará às promotorias desses municípios que cobrem a regulação das escalas de plantão. ■